

RESUMO EXPANDIDO - EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS E PROCESSOS DE  
CIDADANIA

**OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E AS  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO PARA MIGRANTES EM LAURO  
DE FREITAS**

*Kauan Felipe Lima Tosta (kauantostacomercial@gmail.com)*

*Artem Vynokurov (artemvy01@gmail.com)*

*Rafaela Ludolf (rafaludolf@gmail.com)*

As políticas públicas agem como a força motriz do postulado constitucional: enquanto

a lei determina, a política pública executa. Contudo, para sua confecção, exige-se uma

arquitetura institucional robusta, estruturada em cinco eixos fundamentais, a saber: a) política pública funciona como um balizador principiológico, estabelecendo responsabilidades, objetivos e diretrizes gerais; b) o plano porta-se como um projeto estratégico e baseado em diagnósticos e evidências para determinado objeto (a ação, propriamente dita) e o período, isto é, a delimitação temporal da ação ativa; c) o programa deriva do plano e define diretrizes e objetivos que guiam as ações que serão empenhadas; e, por fim, d) o projeto que é a parte mais específica do planejamento, servindo como um preparativo para e) a ação propriamente dita, o núcleo da razão para a instituição de uma política pública. Em virtude do avanço em pautas sociais, seus constantes debates e planos de ação e, com a criação de órgãos e

dispositivos legais que passam a ter as minorias como protagonistas, destaca-se o decreto nº 11.785, que instituiu o Programa Federal de Ações Afirmativas que, possui como finalidade a promoção de direitos e a equiparação de oportunidades por meio de

ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades (PLANALTO, 2023).

Palavras-chave: migração; orçamento público; políticas públicas.